

Dossiê Energia e Relações Internacionais – Volume 12, 2023.

INTRODUÇÃO AO DOSSIÊ “ENERGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO SÉCULO XXI”

A energia desempenha um papel chave na provisão de bem-estar da população e na garantia das atividades econômicas e industriais. Na literatura das Relações Internacionais (RI), a discussão tende a se concentrar sobremaneira no mercado de petróleo, frequentemente associado aos choques dos anos 1970 e suas consequências. Contudo, o século XXI testemunha uma série de desafios que decorrem de mudanças nos mercados, nas políticas e nos padrões de usos energéticos, além de contar com novos atores e discussões.

Independentemente das lentes conceituais, hoje, temas como gênero, cooperação, interdependência, nexo energia-clima, pobreza energética e fontes renováveis são centrais ao debate. Ao mesmo tempo, antigas preocupações, como segurança energética, autossuficiência, uso de combustíveis fósseis e conflitos geopolíticos regionais parecem retornar progressivamente, o que vem dificultando a atual transição energética rumo a fontes mais limpas.

Nesse sentido, o presente dossiê «Energia e Relações Internacionais no século XXI», organizado pelos professores Layla Dawood (PPGRI-UERJ), Thauan Santos (PPGEM/EGN) e María Noel Dussort (Universidad Nacional de Rosario), buscou concentrar diferentes esforços, análises e discussões acerca do papel da energia nas novas dinâmicas internacionais do século XXI. A chamada considerou diferentes aportes teóricos e metodológicos, incentivando discussões interdisciplinares que analisem os desafios atuais existentes entre energia e RI. Em especial, o dossiê discute a questão energética na América do Sul e na Ásia.

No artigo “O Petróleo como Ferramenta Diplomática Brasileira”, de Nathana Garcez, é destacado o papel que o petróleo desempenhou na política externa do governo Lula (2003-2010), tendo sido uma peça central da diplomacia brasileira e objeto de disputas e acordos comerciais que ajudaram a tornar o Brasil um ator relevante no cenário internacional. No artigo, a autora aponta que, apesar de menos presente nos discursos presidenciais em comparação com o etanol, o governo brasileiro foi pragmático ao lidar com o petróleo, mantendo uma diplomacia eficiente que obteve vitórias judiciais, acordos de promoção do petróleo e reconhecimento internacional de pares.

Ainda analisando o caso brasileiro, porém em período mais recente, o artigo “Mudanças da política externa brasileira para a bioenergia”, de Jéssica Duarte, apresenta uma análise dos acordos internacionais de Dilma Rousseff a Jair Bolsonaro (2011-2022). Examinando as alterações na estrutura organizacional do Itamaraty e as iniciativas internacionais para bioenergia, a autora conclui que houve declínio da significância da bioenergia na política externa brasileira (PEB). Ademais, aponta que será necessário um compromisso consistente para reverter a perda de relevância do tema nos últimos anos.

Em “Lineamientos y acciones de la política exterior argentina en relación a la Transición Energética (2015-2023)”, Delfina Campanella e Agustín Barberón propõem uma análise em uma perspectiva “interméstica”, mesclando e caracterizando as iniciativas internacionais e domésticas tomadas em relação à mudança climática e à descarbonização na Argentina. Em termos de variáveis externas, os autores destacam eventos como a pandemia de COVID-19 e a invasão da Ucrânia pela Rússia, que tiveram um forte impacto nos mercados de energia. Por outro lado, relativamente aos fatores condicionantes internos que exercem maior influência na promoção de políticas de transição energética no país, destacam-se a existência de uma matriz de produção primária baseada na extração de recursos naturais e uma matriz energética em que predominam os combustíveis fósseis – dado que apresentam dificuldades significativas quando se trata de atingir os objetivos de descarbonização.

Ainda analisando o caso argentino, o artigo “¿Por qué hablar sobre energía en estos tiempos?”, de Natalia Ceppi, traz reflexões sobre a região e o caso nacional no período 2003-2023, coincidindo com as administrações do FPV, Cambiemos e FdT, com base na noção de governança. O foco da análise está nos eixos básicos que marcam as continuidades, e não as rupturas, no gerenciamento de energia, além das mudanças na orientação política dos governos nacionais no poder. Em linha com o artigo anterior, a autora defende que o caso argentino não apenas ilustra a complexidade “interméstica” das questões energéticas, mas também trouxe à tona seu modo de governança, que tem se inclinado para um modo misto que combina elementos dos modos hierárquico e de mercado.

Seguindo a mesma linha, “Petróleo e Nacionalismo na Argentina Kirchnerista (2003-2015)”, Bruno Biasetto também foca no caso da Argentina. O artigo investiga a complexa relação entre os recursos petrolíferos e o surgimento do nacionalismo e do discurso populista na Argentina durante os anos de Nestor e Cristina Fernandez de Kirchner. O autor destaca como o kirchnerismo usa estrategicamente o petróleo para avançar em suas agendas políticas e consolidar o apoio da população argentina, o que acaba remodelando a identidade e o cenário político da nação.

Também sobre a situação energética na Argentina, no artigo “La atracción de inversiones extranjeras en energías renovables no convencionales en Argentina, el caso del programa RenovAr (2016-2019)” Emiliano Dicósimo analisa os investimentos estrangeiros em energias renováveis na Argentina no período de 2016 a 2019, a partir do estudo de caso do programa RenovAr. O autor argumenta que a política externa globalista pragmática do governo de Mauricio Macri permitiu a chegada do IED ao setor. Conclui que, em um primeiro momento, o capital investido veio principalmente dos parceiros tradicionais da Argentina, com empresas norte-americanas e europeias assumindo a liderança. No entanto, à medida que a implementação do programa RenovAr avançou, as empresas chinesas aumentaram seu envolvimento no setor de energia renovável, de acordo com a mudança pragmática na política externa do governo argentino.

Partindo para uma análise regional, em “As posições paraguaias sobre as renegociações do Anexo C do Tratado de Itaipu (2023)”, Tomaz Espósito Neto apresenta uma visão divergente, crítica e brasileira. Considera-se a conjuntura deste ano (2023), quando o Tratado de Itaipu completa 50 anos, o que assinala o fim da dívida da construção da barragem e o momento de renegociar as bases político-financeiras do acordo. Sendo assim, apesar dos diferentes argumentos da narrativa paraguaia, que visa a mostrar a usina de Itaipu como um mau negócio para o país, o autor argumenta que Itaipu é responsável pela principal receita em moeda forte do Paraguai e que o pagamento de royalties e os fundos de desenvolvimento, como o Fonacide, são de extrema importância para a sociedade paraguaia.

Partindo para outro continente, Gonzalo Ariel Pérez Peralta, em “Geopolítica en Ásia Central”, destaca as mudanças no setor de hidrocarbonetos desde o colapso da União Soviética (URSS) até a segunda década do século XXI. O autor argumenta que o colapso da URSS criou um vácuo de poder na Ásia Central, abrindo espaço para que os Estados Unidos (EUA), a China e a União Europeia (UE) se aproveitaram disso para minar o domínio soviético nos setores de petróleo e gás natural (P&G) do Cazaquistão, bem como no setor de petróleo e gás do Turcomenistão e Uzbequistão. Mais recentemente, após a recapitulação de três décadas de diferentes estratégias desenvolvidas pelos três países e a consequente reconfiguração do mercado de energia, confirma-se o declínio da influência das empresas russas em detrimento da ascensão das empresas chinesas, da UE e dos EUA na produção, na infraestrutura e no destino do petróleo e do gás natural. Desejamos uma ótima leitura.

Thauan Santos (PPGEM/EGN)

Layla Dawood (PPGRI-UERJ)

María Noel Dussort (UNR)

INTRODUCCIÓN DOSSIER “ENERGÍA Y RELACIONES INTERNACIONALES EN EL SIGLO XXI”

La energía desempeña un papel clave para el bienestar de la población y para garantizar las actividades económicas e industriales. En la literatura de Relaciones Internacionales (RI), el debate tiende a centrarse principalmente en el mercado del petróleo, a menudo asociado a las crisis de los años setenta y sus consecuencias. Sin embargo, el siglo XXI está siendo testigo de una serie de retos derivados de los cambios en los mercados, las políticas y los patrones de uso de la energía, así como de nuevos actores y debates.

Independientemente del prisma conceptual, hoy en día ocupan un lugar central en el debate cuestiones como el género, la cooperación, la interdependencia, el nexo entre energía y clima, la pobreza energética y las fuentes renovables. Al mismo tiempo, viejas preocupaciones como la seguridad energética, la autosuficiencia, el uso de combustibles fósiles y los conflictos geopolíticos regionales parecen regresar progresivamente, lo que obstaculiza la actual transición energética hacia fuentes más limpias.

En este sentido, este dossier "Energía y Relaciones Internacionales en el siglo XXI", organizado por los profesores Layla Dawood (PPGRI-UERJ), Thauan Santos (PPGEM/EGN) y María Noel Dussort (Universidad Nacional de Rosario), buscó concentrar diferentes esfuerzos, análisis y discusiones sobre el papel de la energía en las nuevas dinámicas internacionales del siglo XXI. La convocatoria consideró diferentes aportes teóricos y metodológicos, fomentando discusiones interdisciplinarias que analicen los desafíos actuales entre energía e RI. En particular, el dossier aborda la cuestión energética en América del Sur y Asia.

El artículo "O Petróleo como Ferramenta Diplomática Brasileira", de Nathana Garcez, destaca el papel que el petróleo desempeñó en la política exterior del gobierno Lula (2003-2010), habiendo sido una pieza central de la diplomacia brasileña y objeto de disputas y acuerdos comerciales que contribuyeron a hacer de Brasil un actor relevante en la escena internacional. En el artículo, la autora señala que, a pesar de estar menos presente en los discursos presidenciales en comparación con el etanol, el gobierno brasileño fue pragmático al tratar el tema del petróleo, manteniendo una diplomacia eficiente que consiguió victorias judiciales, acuerdos de promoción del petróleo y el reconocimiento internacional de sus pares.

También analizando el caso brasileño, pero en un período más reciente, el artículo "Mudanças da política externa brasileira para a bioenergia", de Jéssica Duarte, presenta un análisis de los acuerdos internacionales desde Dilma Rousseff hasta Jair Bolsonaro (2011-2022). Examinando los cambios en la

estructura organizativa del Itamaraty y las iniciativas internacionales para la bioenergía, la autora concluye que ha habido una disminución de la importancia de la bioenergía en la política exterior brasileña (PEB). Señala también que será necesario un compromiso consistente para revertir la pérdida de relevancia del tema en los últimos años.

En "Lineamientos y acciones de la política exterior argentina en relación a la Transición Energética (2015-2023)", Delfina Campanella y Agustín Barberón proponen un análisis desde una perspectiva "interméstica", mezclando y caracterizando las iniciativas internacionales y domésticas tomadas en relación al cambio climático y la descarbonización en Argentina. En cuanto a las variables externas, las autoras destacan acontecimientos como la pandemia del COVID-19 y la invasión rusa de Ucrania, que han tenido un fuerte impacto en los mercados energéticos. Por otro lado, en cuanto a los condicionantes internos que más influyen en el impulso de las políticas de transición energética en el país, destacan la existencia de una matriz productiva primaria basada en la extracción de recursos naturales y una matriz energética en la que predominan los combustibles fósiles, ambas con importantes dificultades a la hora de alcanzar los objetivos de descarbonización.

Siguiendo con el análisis del caso argentino, el artículo "¿Por qué hablar sobre energía en estos tiempos?" de Natalia Ceppi reflexiona sobre la región y el caso nacional en el período 2003-2023, coincidente con los gobiernos del FPV, Cambiemos y FdT, a partir de la noción de gobernabilidad. El foco del análisis está puesto en los ejes básicos que marcan continuidades, más que rupturas, en la gestión energética, así como cambios en la orientación política de los gobiernos nacionales de turno. En línea con el artículo anterior, la autora sostiene que el caso argentino no sólo ilustra la complejidad "interméstica" de las cuestiones energéticas, sino que también ha puesto en evidencia su modo de gobernanza, que se ha inclinado hacia un modo mixto que combina elementos de los modos jerárquico y de mercado.

En la misma línea, "Petróleo y nacionalismo en la Argentina kirchnerista (2003-2015)", de Bruno Biasetto, también se centra en el caso de Argentina. El artículo investiga la compleja relación entre los recursos petrolíferos y el auge del nacionalismo y el discurso populista en Argentina durante los años de Néstor y Cristina Fernández de Kirchner. El autor destaca cómo el kirchnerismo utiliza estratégicamente el petróleo para impulsar sus agendas políticas y consolidar el apoyo de la población argentina, lo que acaba remodelando la identidad y el paisaje político de la nación.

También sobre la situación energética en Argentina, en el artículo "La atracción de inversiones extranjeras en energías renovables no convencionales en Argentina, el caso del programa RenovAr (2016-2019)", de Emiliano Dicósimo, analiza la inversión extranjera en energías renovables en Argentina de 2016 a

2019, a partir del estudio de caso del programa RenovAr. El autor sostiene que la política exterior globalista pragmática del gobierno de Mauricio Macri ha permitido la entrada de IED en el sector. Concluye que, en un primer momento, los capitales invertidos provinieron principalmente de los socios tradicionales de Argentina, liderando empresas norteamericanas y europeas. Sin embargo, a medida que avanzó la aplicación del programa RenovAr, las empresas chinas aumentaron su participación en el sector de las energías renovables, en consonancia con el cambio pragmático de la política exterior del Gobierno.

Pasando a un análisis regional, en "As posições paraguaias sobre as renegociações do Anexo C do Tratado de Itaipu (2023)", Tomaz Espósito Neto presenta una visión divergente, crítica y brasileña. Se considera la coyuntura de este año (2023), momento en que el Tratado de Itaipú cumple 50 años, lo que marca el fin de la deuda proveniente de la construcción de la represa y el momento de renegociar las bases políticas y financieras del acuerdo. Así, a pesar de los diversos argumentos de la narrativa paraguaya, que pretende mostrar a la usina de Itaipú como un mal negocio para el país, el autor sostiene que Itaipú es responsable por el principal ingreso de divisas de Paraguay y que el pago de regalías y fondos de desarrollo, como el Fonacide, son extremadamente importantes para la sociedad paraguaya.

Pasando a otro continente, Gonzalo Ariel Pérez Peralta, en "Geopolítica en Asia Central", destaca los cambios en el sector de los hidrocarburos desde el colapso de la Unión Soviética (URSS) hasta la segunda década del siglo XXI. El autor sostiene que el colapso de la URSS creó un vacío de poder en Asia Central, abriendo espacio para que Estados Unidos (EEUU), China y la Unión Europea (UE) lo aprovecharan para socavar el dominio soviético en los sectores del petróleo y el gas natural (P&G) de Kazajstán, así como en el sector del petróleo y el gas de Turkmenistán y Uzbekistán. Más recientemente, tras recapitular tres décadas de diferentes estrategias desarrolladas por los tres países y la consiguiente reconfiguración del mercado energético, se ha confirmado el declive de la influencia de las empresas rusas en detrimento del ascenso de las empresas chinas, de las europeas y las estadounidenses en la producción, las infraestructuras y el destino del petróleo y el gas natural.

Les deseamos una agradable lectura.

Thauan Santos (PPGEM/EGN)

Layla Dawood (PPGRI-UERJ)

María Noel Dussort (UNR)